

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BAIRRO VILA UNIÃO EM SOBRAL-CE: DESVELANDO PERCEPÇÕES E NOVOS ARRANJOS PARTICIPATIVOS A PARTIR DA VIVÊNCIA DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA

SOCIAL PARTICIPATION IN A NEIGHBORHOOD IN SOBRAL-CE, BRAZIL: UNVEILING PERCEPTIONS AND NEW PARTICIPATIVE ARRANGEMENTS BASED ON THE EXPERIENCE OF THE MULTIPROFESSIONAL RESIDENCY IN FAMILY HEALTH

Maria Lidiany Tributino de Sousa 1
Fabiana Araujo Lima 2
Francisco Clemilson de Sousa Oliveira 3
Paula Nataniele Nunes Alves 4
Angelo Brito Rodrigues 5
André Luis Façanha da Silva 6

RESUMO

Este artigo versa sobre os processos de participação comunitária no bairro Vila União em Sobral – CE. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Utilizou-se a observação participante, o diário de campo e entrevista não-estruturada para a obtenção dos dados. A hermenêutica-dialética foi usada como referencial teórico-metodológico. Os resultados são apresentados a partir de duas categorias, a saber: a primeira que aborda as percepções acerca da participação comunitária no bairro, apresentando como os moradores e líderes da comunidade vêem a participação comunitária nesse espaço; a segunda que trata dos novos arranjos participatórios como novos dispositivos para a participação comunitária. As percepções revelam o momento complexo sobre a prática da participação social vivido pelos moradores do bairro e o impacto em atuar como sujeito de transformação dessa realidade. Identificamos também que diante dessa realidade emerge uma nova força participativa: os movimentos juvenis, que em seus espaços interacionais, mostram-se potencialmente capazes de gerar o novo e atualizar a vida social.

Palavras - chave: Participação Social; Democracia; Juventude.

ABSTRACT

This article addresses the processes of community participation in the neighborhood Vila União em Sobral – CE, Brazil. It is an exploratory study with qualitative approach. Data were collected through participant observation, a field diary and non-structured interviews. Hermeneutic-dialectic was used as theoretical-methodological reference. The results are based on two categories: the first addresses the perceptions of residents and community leaders about community participation in the neighborhood and the second is related to new participative arrangements such as new ways to participate in the community. The perceptions reveal the complex moment related to the social participation experienced by the residents of this neighborhood and the impact of being a subject that transforms this reality. We also identified that in the face of this reality a new participative force emerges: youth movements, which are shown as act of creation that occurs in the interactive space with potential to generate something, new beginnings, and update social life.

Key words: Consumer participation; Democracy; Adolescent.

1 - Psicóloga. Especialista em Saúde Mental pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Residente em Saúde da Família da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia – EFSFVS.

2 - Assistente Social. Residente em Saúde da Família da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia – EFSFVS.

3 - Educador Físico. Residente em Saúde da Família da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia – EFSFVS.

4 - Farmacêutica. Residente em Saúde da Família da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia – EFSFVS.

5 - Enfermeiro. Mestrando em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará – UFC. Tutor da Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Família da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia – EFSFVS.

6 - Educador Físico. Especialista em Saúde da Família pela Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia – EFSFVS. Preceptor da Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

1 INTRODUÇÃO

Pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) dispõe sobre a participação social a partir de um dos princípios norteadores, o controle social. Estabelece que a sociedade, através da integração em órgãos colegiados deliberativos, como os Conselhos de Saúde ou outros espaços institucionalizados, participe das deliberações das diretrizes políticas, assim como do planejamento, execução, controle e supervisão dos planos, programas e projetos sociais (BRASIL, 1988). Destarte, com o SUS a saúde emerge como questão de cidadania e a participação social se consolida como um componente central e prioritário para o seu exercício.

No entanto, observa-se que as propostas participativas não conseguem materializar as conquistas instituídas no plano legal, levantando dúvidas sobre a efetiva democratização que os espaços institucionalizados promovem na gestão pública.

Tal realidade está conectada a um contexto marcado, principalmente nos anos 1990, por políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado, atingindo as políticas públicas através das noções de redução do papel do Estado, de modo a diminuir a demanda social desse, sob a retórica de ampliação da participação da sociedade civil (TEIXEIRA, 2007).

Compreender a participação social pressupõe entender que, no caso brasileiro, esta foi se tecendo dentro de um complexo processo de construção da cidadania perpassado por tradições estadistas, centralizadoras, patrimonialistas, portanto, por padrões de relação baseados na tutela, no clientelismo e no patrimonialismo político, pertinentes não somente ao âmbito político, mas também ao conjunto das relações sociais (GUIZARDI; PINHEIRO, 2006). Logo, o princípio da gestão participativa apresenta entraves significativos para sua concretude.

Com o SUS a saúde emerge como questão de cidadania e a participação social se consolida como um componente central e prioritário para o seu exercício.

Entretanto, estes condicionantes presentes no complexo processo de construção da cidadania brasileira não têm sido necessariamente um fator impeditivo da emergência de uma diversidade de formas de participação dos setores populares que vão além dos espaços institucional e juridicamente assegurados.

Diante desse complexo cenário, nós, imersos num campo de ação-reflexão permanente durante a formação como ator da saúde, em especial da atenção primária, portanto, com ênfase no trabalho de promoção à saúde, tivemos a oportunidade de realizar um trabalho acerca da participação social no bairro Vila União, onde atuamos como residentes. Este estudo nasce a partir de um módulo sobre Participação Comunitária da Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF), junto às VI e VII turmas, que apresentou como problema de pesquisa comum a todas as equipes multiprofissionais: *“Quais os processos de participação comunitária nos bairros onde atuam?”*. Assim, temos como objetivo analisar os processos de participação comunitária no bairro Vila União.

Como o tema da participação possui uma dimensão cotidiana e impactante no bairro Vila União em Sobral-CE, no qual atuamos há um ano, buscamos investigar e analisar os processos de participação comunitária desse território, assim como aprofundar a inserção da equipe multiprofissional de residentes em saúde da família no bairro em questão a partir de uma abordagem qualitativa.

Essa pesquisa buscou aglutinar elementos que consideramos importantes para compreender a realidade social, de saúde e também de participação dos moradores do bairro. Assim, percebe que os elementos ou condições encontradas possam ser trabalhadas numa perspectiva de qualificar a discussão sobre participação no bairro Vila União, a partir da identificação com os elementos do cenário apresentado e na tentativa de re-significar as práticas e saberes dos atores envolvidos no processo de participação nesse território.

2 METODOLOGIA

O caminho para tentar compreender a participação comunitária no bairro se deu a partir de uma pesquisa do tipo exploratória com abordagem qualitativa. Através do diálogo entre os atores que pesquisam e os que contribuem com a pesquisa, buscou aproximar-se das percepções e significados que a participação comunitária tinha para os moradores.

A pesquisa foi realizada junto às lideranças comunitárias das associações, do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do Conselho Local de

Compreender a participação social pressupõe entender que, no caso brasileiro, esta foi se tecendo dentro de um complexo processo de construção da cidadania perpassado por tradições estadistas, centralizadoras, patrimonialistas.

Desenvolvimento Social e Saúde (CLDSS) e dos movimentos juvenis do referido bairro que conta com uma população de 7.033 habitantes. O material básico com o qual trabalhamos foi a fala desses agentes, porquanto a ênfase que damos à dimensão subjetiva no nosso estudo e por considerarmos, como afirma Bakhtin, o caráter histórico e social da fala como “campo de expressão das relações e das lutas sociais que ao mesmo tempo sofre efeitos da luta e serve de instrumento e de material para sua comunicação (BAKHTIN *apud* MINAYO, 1999).

Para a coleta dos dados utilizamos a observação participante, uma vez que também sabemos do nosso papel diante de complexo cenário e que somos também atores do processo de participação no referido bairro. Consideramos essa aproximação significativa conforme termo próximo trabalhado por Merhy de “sujeito implicado” (MERHY, 2002), que versa sobre sua contribuição como sujeito que participa de tal cenário, observa-o e também busca transformá-lo a partir do seu papel praxiológico.

Nas observações recorremos à técnica de diário de campo que para Geertz (1983), situa-se justamente na intersecção de dois espaços-tempo: ao transcrever a experiência da imersão, corresponde a uma primeira elaboração, ainda vernacular, a ser retomada no momento da *experience-distant*. Quando já se está “aqui”, o caderno de campo fornece o contexto de “lá”; por outro lado, transporta de certa forma para “lá”, para o momento da *experience-near*, a bagagem adquirida e acumulada nos anos gastos “aqui”, isto é, na academia, entre os pares, no debate teórico. Por fim, para validarmos nossas impressões a partir das observações, fizemos uso de entrevistas não-diretivas por entendê-la como meio de apreensão do conteúdo simbólico, permitindo ao entrevistado discorrer sobre determinado tema a partir de sua lógica própria, à medida que não estrutura completamente o campo de

investigação (MICHELAT, 1982).

As atividades observadas e registradas em diário de campo foram os encontros para revitalização do CLDSS e as reuniões com as lideranças juvenis, associação e grupos de adolescentes do bairro. As observações foram norteadas por um roteiro que consta de pontos sobre a ambiência, disposição dos participantes durante do encontro, pessoas que mais se colocaram e que discurso apresentaram, organização do encontro, discussão das pautas e encaminhamentos.

As entrevistas foram realizadas com treze lideranças a partir de questões norteadoras que versam sobre participação social no bairro Vila União, a percepção do trabalho das associações e dos líderes comunitários, a existência de outros movimentos comunitários importantes no bairro e as propostas / sugestões de melhoria para participação comunitária.

Para o processo de análise dos dados consideramos um referencial teórico e metodológico apresentado por Minayo: a hermenêutica-dialética (MINAYO, 1999). Sendo assim, ele não é somente um método para realizar a análise dos dados, mas também um referencial para a compreensão da realidade. Portanto, a análise das falas dos atores sociais escolhidos foi realizada a partir de uma perspectiva hermenêutica-dialética que se apresenta como “caminho do pensamento”, dirigindo a atenção não somente para o que é manifestado pelo texto, mas também para a busca de compreensão do sentido do que é comunicado, assim como atenta para a construção social das discussões sobre o objeto em estudo. Esta análise não pretendeu ser automatizada, mas ansiou apreender as relações dialéticas constitutivas da relação de interioridade e exterioridade dos textos lidos, construindo uma análise pretensamente dinâmica, polissêmica e viva, em constante movimento.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa sobre a participação comunitária no bairro Vila União são apresentados a partir de duas categorias, consideradas significativas para se compreender os processos atuais de participação no bairro. Tais categorias incluem: percepções sobre o processo de participação no Bairro Vila União e os novos arranjos participativos, especificamente os grupos juvenis.

...a participação é concebida como a prática da fala, no direito à vez e à voz, como exercício de cidadania e como estratégia para o desenvolvimento comunitário...

3.1 Percepções Acerca da Participação Comunitária no Bairro Vila União

No contexto sócio-político brasileiro de abertura democrática, emergiram novas forças sociais, dentre elas, os movimentos populares ou comunitários urbanos. Estes surgem como espaços privilegiados de concentração de experiências e de organização das comunidades, como força potencial de pressão e reivindicação de políticas públicas.

Para Gohn (2005), se esses movimentos tinham conquistado poder de pressão direta sobre o Estado, a partir dos anos 90 houve uma redução desse poder, que se explica pelas alterações na dinâmica do cotidiano desses movimentos e das lutas sociais, a saber: a conquista dos direitos constitucionais, a volta das eleições diretas, a democratização dos espaços públicos e o aprofundamento das políticas neoliberais, gerando desemprego, violência e aumento da pobreza.

No atual cenário do bairro Vila União são corriqueiros os convites feitos à comunidade com o propósito de mobilizar e gerar a sua participação nas atividades promovidas pelo setor público, setor privado, pela sociedade civil e pelos movimentos sociais.

Quando indagados sobre o que viria a ser participação, os moradores apresentaram um conceito que tem como gênese sua percepção, sua prática sobre o tema. Percebemos que a participação é concebida como a prática da fala, no direito à vez e à voz, como exercício de cidadania e como estratégia para o desenvolvimento comunitário, como observamos nos trechos das entrevistas a seguir:

*É a voz do povo;
O povo se manifestando por um bem coletivo;
É importante para o desenvolvimento.*

Nos depoimentos se evidencia a fala como elemento de manifestação do povo para explicitar seus interesses na reivindicação por melhorias para o bairro. Na participação social encontramos a forma de mobilização popular para o enfrentamento das questões sociais, seja pela ausência ou ineficácia de políticas públicas ou das condições necessárias para o desenvolvimento comunitário.

Sales (2005), ao estudar ocasiões de negação/afirmação da participação, aponta que a fala é indispensável no processo participativo. O mesmo considera que o silêncio também é uma forma de participação.

A participação também é vista e entendida como uma forma de manifestar-se para o coletivo, tendo dessa forma, uma dimensionalidade das causas individuais. Corroborando essa assertiva o que atualmente vemos nos espaços de participação, em especial nos instituídos, onde o papel das pessoas que o compõem é o de projetar e materializar interesses muitas vezes próprios.

Porém, essa intencionalidade não pode ser julgada como sendo uma característica negativa ou ruim de pessoa, membro ou grupo, uma vez que se trata do reflexo do modelo econômico e social no qual vivemos e que tem como uma de suas bases de sustentação a individualidade e a necessidade de adquirir um acúmulo de capital, quer seja financeiro ou simbólico, em que as reais necessidades sociais não podem ser direito de todos os cidadãos.

Essa impregnação cultural acerca do modelo econômico e social também pode ser vista na fala do morador que associa a participação ao desenvolvimento. Para tanto, é importante que tenhamos em vista que há várias concepções para o termo “desenvolvimento”, a maioria delas alicerçada na noção precípua de crescimento financeiro. Esse desenvolvimento é questionado, até mesmo os indicadores de qualidade de vida que têm como parâmetro a questão da renda *per capita*, da quantidade de veículos, indústrias e tantos outros elementos de base econômica. Contudo, acreditamos que o conceito de desenvolvimento possa ter uma dimensão positiva ao incorporar as questões do meio ambiente, da organização social, da equidade social e da qualidade de vida como algo não somente obtido através do fator econômico.

Outra percepção acerca da participação comunitária diz respeito à condição de estar presente nas reuniões das associações. É considerada participativa por reduzir o isolamento do indivíduo na perspectiva que o bem comum seja pensado no coletivo. É o que nos apontam as falas, quando os entrevistados retratam o distanciamento da população dos espaços de organização e debate da comunidade, como revelam as passagens a seguir:

*São muito ausente as pessoas, não gostam
de participar das reuniões;
A participação aqui em é pouca;
Tem associados que não freqüentam e
muito menos participam da Associação.*

Segundo Bordenave (*apud* BRANDÃO, 2008), quando os mesmos questionam a participação e marginalização na sociedade brasileira mostram uma distinção entre fazer parte, tomar parte e ter parte. Neste caso, fazer-se presente é uma condição do fazer parte, que significa uma participação passiva, marcada apenas pela afiliação a um grupo ou coletividade.

Ambos os autores fazem uma crítica aos processos de mobilização coletiva que redundam numa aglomeração de pessoas e cujos objetivos já estão previamente traçados. Esse tipo de participação colabora com a idéia de que participação social é estar presente em uma determinada coletividade (BORDENAVE *apud* BRANDÃO, 2008). Ainda que a voz, a manifestação popular e a busca pela efetivação dos direitos sociais estejam inerentes nos processos de participação, para Demo (2001) participação também requer organização e qualidade que se dá através da conquista individual e coletiva.

Sales (2005) amplia o entendimento conceituando a participação como exercício de aprendizagem do poder. Participação também é apoderamento dos atores comunitários. Segundo Friedman (*apud* BRANDÃO, 2008):

O apoderamento é um fenômeno multidimensional, pois não pode ser compreendido apenas pela ascensão a novos padrões sócio-econômicos por parte das camadas desfavorecidas, mas também como fortalecimento da potência dos indivíduos, de modo que estes possam perseverar nas suas existências e desenvolver toda a sua capacidade de se relacionar com outro e com o mundo (FRIEDMAN *apud* BRANDÃO, 2008).

Esse apoderamento é algo dinâmico no contexto social do bairro Vila União, o que se verifica a partir da fala dos moradores ao reconhecerem como as mais importantes para o bairro as lideranças que nele tiveram forte atuação no final dos anos 80 e início dos anos 90.

Nos trechos de algumas entrevistas, percebemos que há interpretações que tendem a estabelecer comparações entre gerações que vivenciaram conjunturas diferenciadas. Vejamos as falas a seguir:

Na década de 90 a participação
comunitária na Vila União era muito
intensa;
Em outros momentos foi mais forte, mais
participativa;
... não existe atualmente no bairro;
... hoje todos estão parados vivendo suas
vidas sem pensar num bem comum.

Diante das falas percebemos que, semelhante ao ocorrido no cenário nacional, os movimentos foram intensos durante as décadas de 70, 80 e início da década de 90 do século passado e ainda trazem consigo grandes conquistas sociais. Como colocado por Gohn (2005), a partir dos anos 90 do século XX, os movimentos sofreram significativas transformações, tanto nos aspectos estruturais, quanto nos aspectos ideológicos.

No atual contexto do bairro Vila União não há grandes diferenças, uma vez que muito da história de luta e resistência do bairro tem interface com a questão da qualidade de moradia, história essa iniciada a partir de uma ocupação. As necessidades sociais iniciais para a construção e transformação da ocupação em bairro foram muito intensas durante os anos 90 e contou com a participação ativa da sua comunidade. Contudo, a aquisição de serviços de estrutura básica para o bairro, juntamente com outros fatores como um aprofundamento das políticas neoliberais e a institucionalização dos movimentos sociais dentro da própria gestão pública como meio de desburocratizar os processos foram determinantes para a atual conjuntura da participação social no país e não diferentemente no bairro Vila União.

*Ainda que a voz, a
manifestação popular e a
busca pela efetivação dos
direitos sociais estejam
inerentes nos processos
de participação, para
Demo (2001) participação
também requer organização
e qualidade que se dá
através da conquista
individual e coletiva.*

A atual participação dos movimentos sociais na gestão pública, na maioria das vezes, imobiliza e aliena os movimentos sociais, uma vez que os mesmos ocupam papéis secundários e muitas vezes tarefairos, não possibilitando um olhar mais profundo sobre o contexto no qual estão atuando e interferindo. Dessa forma, ao final do processo, não sabem a quem realmente serviram, ao interesse público-popular ou ao interesse público-gestão.

Todavia, apresentamos adiante um novo movimento de organização que tem seu fôlego na juventude, no olhar dos jovens sobre a realidade e na ânsia de querer mudar a realidade onde vivem.

3.2 Novos Arranjos Participativos: Grupos Juvenis

Dentre as compreensões sobre a participação social no bairro Vila União pelas lideranças comunitárias, percebe-se que os espaços de participação vão sendo construídos por vários grupos com perfis organizativos próprios e uma singular inserção na tessitura social. Entre estes grupos vem se destacando o envolvimento da juventude, presentemente vista como geradora de mudanças e movimentos no bairro, caracterizando-se como outros territórios de participação, preenchidos de densidade e de fluxos constituintes da vida, que começam a se legitimar aos olhos da população, mesmo que apenas geradora de uma atuação isolada, incipiente e desprovida de um projeto coletivo:

Estamos vivenciando o tempo da juventude, porém eles não foram preparados politicamente para participação comunitária;

Ainda não vi os objetivos e a missão, não vi uma apresentação. Se organizam só entre eles. Na minha opinião um movimento jovem é na perspectiva de debate de construção de projetos, proposta, ainda não vi uma movimentação desses grupos. Ainda não vi eles mexer a comunidade;

Tem pessoas interessadas nas mudanças, fazendo com que os grupos se levantem novamente como os Mentos Brilhantes, Uz Brother's, o CLDSS. Tá começando a dar essa rebolada e a juventude tá sacudindo... tem os grupos de dança, os

grupos de oração – Kairós que são jovens católicos da renovação carismática.

Surge um questionamento quando nos deparamos com a colocação de que tais grupos não estão “preparados politicamente para uma participação comunitária”: se o exercício da cidadania, considerado o acesso aos direitos civis e políticos, encontra delimitações etárias, de forma que infância e juventude são consideradas etapas de preparação do sujeito e a participação política uma ação restrita ao adulto, como exigir participação de um grupo considerado incapaz para tal tarefa?

Segundo Castro (2001), falar em direitos da criança e do jovem não se restringe a considerar o que eles ainda não têm e o que os adultos querem para eles, mas trata-se de reconhecer o que eles têm o direito de querer e o dever de construir juntamente com os adultos.

O caráter perverso do sistema capitalista e a ausência de políticas sociais para um direcionamento democrático e construtivo do jovem com o devido aproveitamento de seus potenciais comprometem sua participação social, o que pode parecer ao senso comum despreparo ou ausência de projetos coletivos. Alia-se a esta discussão o estímulo ao protagonismo juvenil que não pode ser desenvolvido quando não se há de fato uma política fortalecida e condições necessárias para que o jovem possa se desenvolver como sujeito autônomo e construtor de sua cidadania.

Em alguns dos discursos observados durante a pesquisa percebemos a presença do enunciado Protagonismo Juvenil, termo este que a partir da década de 90 tem sido utilizado por organismos internacionais, organizações não governamentais e governamentais e educadores para fazer referência a uma “nova forma de participação” da

Dentre as compreensões sobre a participação social no bairro Vila União pelas lideranças comunitárias, percebe-se que os espaços de participação vão sendo construídos por vários grupos com perfis organizativos próprios e uma singular inserção na tessitura social.

juventude na sociedade. Vale destacar que a compreensão do termo Protagonismo Juvenil recebe tratamento diferenciado por diversos estudiosos.

De fato, para Costa (2000), uma ação é protagônica quando o adolescente envolve-se na solução de problemas reais na escola, na comunidade ou na sociedade, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. Segundo esse autor, para o adolescente trata-se de uma oportunidade de vivência cidadã concreta, como etapa imprescindível de um processo de desenvolvimento pessoal e social pleno.

Já Souza (2006) afirma que o discurso do Protagonismo Juvenil prescreve à juventude pobre essa “nova forma” de agir e ser, onde o jovem protagonista deve ser o próprio “agente e beneficiário de mudanças”, oferecendo sua contrapartida ao realizar atividades em benefício de si e da coletividade. Esta lógica, na verdade, coloca o jovem como objeto de políticas públicas e o responsabiliza pelas mudanças sociais, desconsiderando a determinação do contexto político, econômico e social ao qual a juventude se acha submetida.

A palavra protagonismo vem de “protos”, que em latim significa principal, o primeiro, e de “agonistes”, que quer dizer lutador, competidor. Este termo, muito utilizado pelo teatro para definir o personagem principal de uma encenação, foi incorporado à Educação por Antonio Carlos Gomes da Costa, educador. Assim, o jovem protagonista é lembrado como ator principal no cenário público, posição de destaque que supõe algum tipo de ação política (COSTA; VIEIRA, 2006).

Portanto, atualmente denomina-se Protagonismo Juvenil os processos, movimentos e dinamismos sociais e educativos onde os jovens, assessorados ou não, assumem o papel principal. A adoção da perspectiva ético-política e metodológica do Protagonismo Juvenil exige a capacidade das próprias lideranças e dos seus educadores de superar a visão de senso comum do adolescente, visto como problema, pela sua afirmação como parte da solução, através da substituição do modelo de atuação centrado no problema por outro centrado no pensamento e ações transformadoras (COSTA; VIEIRA, 2006).

Através dos discursos e das observações percebemos que muitos jovens da comunidade apresentam uma consciência coletiva e manifestam desejo de participar e realizar algo com e para a comunidade. Estes veem se organizando de forma autônoma ou mediada por políticas públicas em diversos grupos como os de dança (Grupo Swing Mix, Axé Music, Evolução Mix e de dança contemporânea do Centro de Referência da Assistência

A adoção da perspectiva ético-política e metodológica do Protagonismo Juvenil exige a capacidade das próprias lideranças e dos seus educadores de superar a visão de senso comum do adolescente, visto como problema, pela sua afirmação como parte da solução.

Social - CRAS), os Grupos de Capoeira do CRAS e da Associação Comunitária Nova Jerusalém, os grupos de Oração como o Kairós, o PROJOVEM, Projeto Vida que te Quero Viva, dentre outros. Vale ressaltar que esses jovens estão presentes de forma ativa em diversos espaços de participação e controle social como no Pacto Intersetorial e no CLDSS.

Dentre os grupos apontados, percebemos que dois deles têm uma maior visibilidade dentro da comunidade e vêm conquistando um espaço de destaque entre os demais devido sua atuação na comunidade. São eles: o Grupo Mentis Brilhantes e o Uz Brother's.

O Grupo Mentis Brilhantes é constituído por adolescentes que se reúnem quinzenalmente na Associação Comunitária Nova Jerusalém, às terças-feiras e quartas-feiras, nos turnos vespertino e matutino, respectivamente. O grupo tem como principais objetivos: desenvolver as potencialidades de adolescentes; fortalecer vínculos com profissionais de saúde, família e comunidade; trabalhar temas específicos de educação em saúde; desenvolver o protagonismo juvenil e melhorar a qualidade de vida de adolescentes.

O espaço é assessorado pela Equipe Multiprofissional da Residência em Saúde da Família (RMSF) e Agentes Comunitários de Saúde que buscam, por meio de uma metodologia participativa, construir, junto com crianças e adolescentes, um espaço democrático e dinâmico de promoção da saúde. Com base no conceito ampliado de saúde, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente, o grupo propõe-se a desenvolver as seguintes atividades: oficinas sócio-educativas com temáticas de interesses dos adolescentes, dentre as quais, Cidadania e Direitos Humanos, Estatuto da Criança

e do Adolescente, História da Comunidade, Cuidados com o Idoso, Planejamento Familiar e DST/AIDS, Gravidez na Adolescência, Aborto, Aleitamento Materno, Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual, Drogas e Afetividade; oficinas de artes, atividades culturais, esportivas e de lazer. Atualmente tem cerca de 40 participantes entre 9 e 18 anos.

Uz Brother's é um grupo de jovens que existe na comunidade há aproximadamente um ano e três meses. De acordo com um de seus representantes, é um grupo que "tenta tirar os jovens da rua e tenta fazer algo melhor para o bairro". É formado por aproximadamente 28 amigos do bairro (crianças e adolescentes), possuem um time de futebol e reúnem-se na rua e na casa de um dos líderes comunitários do bairro. Realizam festas na comunidade e participam dos encontros do CLDSS do bairro.

Os entrevistados destacaram a necessidade de apoio seja da comunidade, de profissionais ou de políticas voltadas para a juventude com vistas ao fortalecimento e estímulo dos grupos juvenis, conforme podemos no seguinte depoimento:

Na comunidade tem grupos que poderiam se desenvolver com o apoio das Associações como os Brothers que são 35 meninos que tem de 12 a 23 anos que tem habilidades com serigrafia e querem criar. Esses meninos estavam se envolvendo com a marginalidade estavam virando uma gangue, aí a ACS me pediu para conversar com eles, aí conheci um chamei para conversar, depois aí chamei a residente que trouxe o residente e os outros. Hoje eles estão empolgados querendo ser um grupo mesmo.

*Torna-se necessário
aproximar-se desses
movimentos e apreender suas
formas de luta, demandas,
condições objetivas e
subjéctivas de manifestação
nos espaços públicos para
além de sua expressão nos
espaços institucionais.*

Há um potencial reconhecido nesses grupos de articulação de demandas e parcerias pela conquista de suas aspirações. Porém, consideram que o fomento à participação se daria através de "palestras que possibilitasse conhecer a realidade local" e reconhecem as parcerias como "importantes para estimular os jovens e dar informação". A idéia de participação se apresenta como centrada na obtenção de informação que proporcione a ampliação do conhecimento, ou seja, restrita a um processo meramente informativo.

Logo, existe um desafio para estes parceiros, dentre eles a RMSF, que é a de promover um trabalho pedagógico estabelecido no espaço de intersecção entre os sujeitos implicados. Intersecção, compreendida no sentido deleuziano, não sendo um somatório de atos, mas o produto que se constrói na interação dos fazeres e que não tem existência sem o momento de relação em processo (DELEUZE, 1992). É um processo pedagógico constituído a partir da relação permeável entre educador e educando, compondo espaços onde se constroem conhecimentos coletivamente e se elabora projetos de transformação social pelo conhecimento crítico da vida individual e social destes adolescentes.

Desse modo, torna-se necessário aproximar-se desses movimentos e apreender suas formas de luta, demandas, condições objetivas e subjéctivas de manifestação nos espaços públicos para além de sua expressão nos espaços institucionais (RIBEIRO, 2001); assim como promover a sua articulação com outras formas de participação social locais, proporcionar um processo educativo para que estes atores possam assumir a formulação das suas propostas de participação e o papel de sujeitos de direitos no seu território.

Porém, não se trata de um estímulo à participação ativa baseado no pressuposto de motivar somente a co-responsabilização dos adolescentes, pois tal processo deve caminhar junto com a disponibilidade para maior interlocução e uma permeabilidade das propostas dos adolescentes junto ao poder público.

Um dos entrevistados faz uma relação entre a realidade da participação juvenil hoje e a de antigamente e lembra com saudosismo o envolvimento da juventude no debate político.

Lembro da Pastoral Jovem do Meio Popular (PJMP). Foi um movimento forte na época, organizado, mobilizador onde aqui e cada bairro tinha grupos de jovens sobre a liderança da PJMP; nos 80 e 90 cresceu muito, faziam debates políticos sobre políticas públicas para

os jovens, mas deu uma relaxada. Faço até uma crítica a alguns companheiros que dizem que é do movimento tal, e na real o movimento não existe. Outro movimento era o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, esse também tinha força comunitária e fizeram muitos trabalhos bons. Hoje precisamos muito mais desse tipo de movimento jovem do que antigamente. Esses movimentos hoje são re-significados e desconhecem esses movimentos de força.

Conforme aponta Mische (1997), jovens com algum interesse político agora podem escolher entre muitas formas alternativas de militância, incluindo partidos políticos, movimentos populares, sindicais e anti-discriminatórios, organizações não-governamentais e associações profissionais. Esse autor ainda enfatiza que na década de 80, a Pastoral da Juventude da Igreja Católica começou a se destacar, focalizando anseios e esperanças nas classes populares e formando quadros importantes de lideranças comunitárias e partidárias. Porém, no início dos anos 90, vivenciou um momento de “crise” de reavaliação, distanciada da população jovem mais ampla. Dessa forma, mais recentemente, outros grupos juvenis estão emergindo e construindo identidade com outras formas de participação como os movimentos de negros, homossexuais, associações, dentre outros.

Percebemos que estes movimentos juvenis que atuam no bairro Vila União são responsáveis pela construção de identidades coletivas, gerando novos elementos de conhecimento e de cultura que os levam a imprimirem sua marca, tornando visível sua capacidade de auto-organizar-se e transformar seus anseios em práticas reivindicatórias. São também criadores de outros arranjos participativos, de outros modos de conquistas dos seus direitos com formas de organização diferente das institucionalizadas.

4 CONCLUSÕES

As percepções acerca da participação social refletem o momento complexo sobre a prática dessa participação vivida pelos moradores do bairro Vila União e o impacto em atuar como sujeito de transformação da realidade em foco. Contudo, pudemos também identificar que diante dessa realidade emerge uma nova força participativa: os movimentos juvenis através dos grupos.

Tais arranjos participativos se configuram como um *acontecimento* devido o poder hermenêutico dessa

categoria conceitual que aponta para o entrecruzamento do sujeito e do seu contexto. O *acontecimento* é um fenômeno carregado de movimento, que ao irromper na vida social, inaugura algo de novo, questionando o que parece natural, contrariando e complexificando a trama social e produzindo sentidos, pois transforma o próprio campo de percepções daqueles a quem afeta. Por isso, seu poder de *revelação*, pois afeta os sujeitos pela via da compreensão e da apropriação, abrindo outros horizontes (DELEUZE, 1975; ARENDT, 1992; QUÉRÉ, 1995 *apud* MENDONÇA, 2007).

Compreendemos estas configurações da coletividade juvenil como *acontecimento* pelo seu caráter hermenêutico, marcado pela descontinuidade, ocorrência em desenvolvimento, por um *dever* que não pode ser fixado em substantivos ou adjetivos.

Por seu um *dever*, não é uma coisa explicada, mas explicável já que ainda se desenrola em um campo problematizante. Logo não estamos para realizar a tarefa impossível que é esgotar o entendimento acerca desses arranjos participativos, apreendendo-os em tentativas de explicação que cerceia o *dever* para torná-lo apresentável, conduzindo-os a engessamentos que congelam o seu movimento.

Nosso trabalho era desvelar estes arranjos participativos como ato de criação que se dá no espaço interacional com potencialidade de gerar algo, ou seja, novos começos, atualizando a vida social. Entenda-se por começar “a liberdade de chamar à existência o que antes não existia (ARENDT *apud* MENDONÇA, 2007).

Desta forma, fica para trabalhos futuros a missão de analisar como a experiência de participação política dos movimentos juvenis do bairro Vila União conforma um campo de constituição do direito social e qual a contribuição da RMSF neste processo.

Percebemos que estes movimentos juvenis que atuam no bairro Vila União são responsáveis pela construção de identidades coletivas, gerando novos elementos de conhecimento e de cultura.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, I. R. **Afetividade e participação na metrópole:** Uma reflexão sobre os dirigentes de ONGs da cidade de Fortaleza. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTRO, L. R. Crianças, Jovens e Cidades: Vicissitudes da Convivência, Destinos da Cidadania. In: Castro, L. R. (Org.). **Subjetividade e Cidadania:** Um Estudo com Crianças e Jovens em três Cidades Brasileiras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo Juvenil:** adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, A. C. G.; VIEIRA, M. A. **Protagonismo Juvenil.** 1. ed. FTD, 2006.

DELEUZE, G. **Conversações:** 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DEMO, P. **Pobreza Política.** 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

GEERTZ, C. **Local Knowledge.** New York: Basic Books, 1983.

GONH, M. G. M. **Movimentos Sociais.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GUIZARDI, F. L.; PINHEIRO, R. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos conselhos de saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n3/30994.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2009.

MENDONÇA, R. F. **Movimentos Sociais como Acontecimentos:** linguagem e espaço público. São Paulo: Lua Nova, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n72/a05n72.pdf>. Acesso em: 10 set. 2009.

MERHY, E. E. **O conhecer militante do sujeito implicado:** o desafio de reconhecê-lo como saber válido. Campinas: mimeo, 2002.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THOILLET, M. J. M. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1982.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1999.

MISCHE, A. De Estudantes a Cidadãos: redes de jovens e participação políticas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, nº 5/6, p. 134 – 150, 1997.

RIBEIRO, A. C. T. Leitura de Movimentos: conjuntura, ação e poder. **Revista Temporalis**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 9-19, jul./dez. 2001.

SALES, I. C. **Os Desafios da Gestão Democrática.** (Em diálogo com Gramsci). Sobral, CE: Editora da UVA; Recife, PE: Editora da UFPE, 2005.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo juvenil.** 2006. 275 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TEXEIRA, S. M. Descentralização e Participação Social: o novo desenho das políticas sociais. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10 n. 2, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a03v10n2.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2009.

